

"MUITA SABEDORIA MAS POUCA COMEDORIA": CONTRIBUTOS PARA
A COMPREENSÃO DO ESTATUTO SOCIAL DOS PROFESSORES
PRIMÁRIOS EM PORTUGAL NOS ANOS 30

Margarida Maria Louro Felgueiras
Universidade do Porto (Portugal)

TRAJECTÓRIA DE UMA INVESTIGAÇÃO

A renovação historiográfica tem-se operado pela abertura a novas problemáticas, originando a procura e mesmo "a construção" de novas fontes, alargando o objecto histórico. A história da educação não é estranha a este movimento de renovação e tem evoluído do estudo dos discursos e teorias pedagógicas, dos sistemas educativos, das políticas educacionais para o estudo do estatuto profissional dos agentes educativos, das suas vivências e dos métodos de ensino⁽¹⁾. Este alargamento do objecto é assinalado, ao nível das fontes, com a passagem de uma focalização quase exclusiva na legislação, nos arquivos centrais e das escolas normais, para a utilização, na última década, da imprensa e de fontes de carácter mais pessoal e local, recorrendo a testemunhos orais e a histórias de vida⁽²⁾. Apesar desta abertura, as investigações têm-se pautado pela ausência de estudos sobre o aluno e de fontes mais ligadas ao quotidiano.

O projecto de investigação "O Instituto do Professorado Primário Oficial Português: história de uma instituição e de um grupo sócio-profissional", financiado pela JNICT, surge num processo de não circunscrição às fontes oficiais, centrais, e simultaneamente, de um olhar sobre os professores afastados dos centros urbanos, disseminados no mundo rural. Procura fazer o estudo da instituição, ao que tudo indica única no contexto ibérico e de língua portuguesa, procurando recriar o seu quotidiano. Pretende, também, contribuir para o conhecimento do estatuto social do professorado primário, dos processos da sua produção e reprodução ideológica e material, analisando a sua inserção no meio rural e a tese do "estranho sociológico"⁽³⁾. Para isso recorreremos à análise de fontes primárias do arquivo da instituição, utilizando documentos oficiais e particulares, correspondência, plantas dos edifícios, materiais diversos do quotidiano e ainda depoimentos de antigos alunos, directoras e outro pessoal.

A prossecução dos objectivos deste projecto só se tornava possível com um esforço acrescido de salvar e organizar o arquivo e o espólio do instituto. Perante o repto de ver desagregar-se e perder-se as bases materiais da memória da instituição e do professorado primário, a responsabilidade do historiador impõe que se sensibilize os responsáveis mais directos e se proponham formas de salvar a memória colectiva. De entre esta, a memória quotidiana, por familiar, comum e mais perecível, é olhada como insignificante, o que torna o trabalho mais árduo.

É neste momento que surge o projecto "Para um Museu Vivo da Escola Primária", que cruza as preocupações de ordem investigativa de acesso a fontes e sua conservação, com outras de carácter sociocultural e educativo, com as quais a

pesquisa em história da educação está intimamente ligada, se concebida num contexto "de educação na cidade". Num quadro de acessibilidade dos bens culturais a todos, uma infra-estrutura como um museu da escola primária, património do imaginário colectivo dos que a frequentaram como daqueles que dela foram afastados, e a recordam na sua impossibilidade, permitirá uma intervenção sociocultural na cidade e na comunidade educativa. Este projecto, apresentado ao PRAXIS XXI em parceria com a Câmara Municipal do Porto⁽⁴⁾ e sob a coordenação do Professor Doutor Rogério Fernandes, contempla uma dinâmica de investigação em história da educação aliada à animação socio-cultural, visa concretizar-se no estabelecimento de um centro de documentação e numa rede de historiadores que se dediquem ao estudo da escola primária no espaço da língua portuguesa, em articulação com um espaço museológico onde, para além das funções de recolha, guarda e exposição do espólio referente à Escola Primária portuguesa, se contemple a vertente formativa de cariz sociocultural. Neste sentido aproveito a ocasião para manifestar o nosso interesse em estabelecer contactos com colegas brasileiros(os) que se dediquem ao estudo do professorado e da escola primária, com incidência sobretudo nos séculos XIX e XX.

DO INSTITUTO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO OFICIAL PORTUGUÊS

O Instituto do Professorado Primário Oficial Português, com a designação de Instituto Sidónio Pais (do Professorado Primário) a partir de 1932, foi criado em 1915 pela professora primária Amália Luazes. A primeira tentativa de Amália Luazes para a criação de um instituto para a educação de filhas de professores primários situa-se entre 1906-1910. Vicissitudes várias, primeiro relacionadas com a dificuldade em obter apoios financeiros, depois com o momento político, impossibilitaram a sua abertura, que chegou a estar prevista para 1910. Contudo, a origem deste projecto, que encontrou na professora Amália Luazes uma firme protagonista, remonta aos primórdios do movimento associativo dos professores, achando-se documentado no Compromisso para a constituição do Monte Pio Literário⁽⁵⁾. O seu objectivo era a educação das filhas e filhos de professores primários oficiais, em especial órfãs ou que vivessessem afastadas dos centros urbanos.

O Instituto do Professorado Primário teve como característica inovadora ser uma instituição de previdência com fins de instrução escolar, de iniciativa particular, e ter-se desenvolvido unindo os propósitos mutualistas tradicionais do associativismo, com uma visão de segurança social, participada pelo Estado. De facto, pensamos estar perante uma primeira concretização entre várias outras tentativas, conducentes a um sistema de segurança social.

A instituição, que perdurou até 1991⁽⁶⁾, funcionou em regime de internato e desenvolveu-se por três secções, sendo o projecto inicial a secção feminina de Lisboa, a que se seguiu a masculina, também em Lisboa, e a feminina do Porto. À sua frequência podiam candidatar-se filhas e filhos de professores e inspectores do ensino primário oficial assim como de professores das Escolas do Magistério Primário, e ainda netos, irmãos e sobrinhos de professores primários, se a cargo destes. Era dada preferência às órfãs e órfãos de professores, aos filhos de famílias com três ou

mais irmãos em idade escolar, residindo longe dos centros de instrução (cidades) e vivendo apenas dos seus vencimentos como professores oficiais.

Existiam inicialmente duas categorias de educandas(os) - porcionistas e pensionistas e posteriormente três: porcionistas - que pagavam a mensalidade (que compreendia os gastos de alimentação, alojamento e demais serviços de cuidado, protecção que o Instituto dispensava) além de todas as suas despesas pessoais com livros, materiais, vestuário, etc; semi-porcionistas - que pagavam metade da mensalidade e todas as suas despesas pessoais; pensionistas - que eram admitidas gratuitamente e a quem, inicialmente, eram fornecidos o enxoval, os livros e tudo o necessário para a sua educação. Previa-se que a percentagem das que pagavam pudesse ajudar a custear as despesas das pensionistas e aliviar a pressão financeira, que geralmente existe sobre os reduzidos orçamentos das instituições de solidariedade social. Sob proposta da fundadora, o Estado vai organizar a participação dos professores neste projecto de solidariedade social, aprovando no Parlamento uma quotização mensal, deduzida directamente no vencimento, obrigatória para todos os professores primários do continente e ilhas. Por sua vez, o Estado participava com uma dotação, vinda do orçamento do Ministério da Educação, para suprir as necessidades orçamentais em despesas correntes e ficando ainda a seu cargo a contratação e o pagamento do pessoal do quadro. As directoras e director das secções estavam dependentes de um Provedor, que era o Director Geral do Ensino Primário, e de um Regulamento comum às secções femininas, a partir de 1932.

Sendo o objectivo beneficente claramente expresso nas redacções de sucessivos estatutos, com vista a proporcionar uma instrução profissionalizante, com uma atenção particular às raparigas, para que pudessem obter a sua subsistência, se lhes faltasse o amparo familiar, importante, também, era a preocupação com a reprodução material e ideológica da classe do professorado, patente nos estatutos redigidos pela fundadora⁽⁷⁾.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Partindo de uma perspectiva monográfica procuramos recolher alguns dados que nos permitam uma incursão, simultaneamente, pelo quotidiano de uma instituição educativa e pela história social do professorado, que a ela recorria. O projecto, que integra a nossa tese de doutoramento, é um estudo de caso, que pensamos irá permitir uma aproximação ao quotidiano das professoras e professores do mundo rural, a quem o Instituto se dirigia prioritariamente. Os dados sobre os utentes da instituição, que eram oriundos dos diversos distritos do país, permitem traçar uma rede nacional, que facultará uma visão do professorado a partir da sua realidade existencial, sem pretender ser uma amostra, estatisticamente validada.

O acesso a uma multiplicidade de fontes (se alarga e enriquece as perspectivas, também cria dificuldades acrescidas de organização e selecção dos documentos e na recolha dos dados), ainda mais se estas se encontram desorganizadas e em desagregação. Esta realidade tem-nos imposto a gestão de momentos diversificados de trabalho, na exploração das fontes: um primeiro, de localização e inventariação

sumária das fontes arquivísticas, materiais e orais; um período de captação de imagens fotográficas e vídeo sobre o espólio do Instituto, mas também de selecção, recolha e salvaguarda do possível, através de contactos e cumplicidades com diferentes organismos; um momento de elaboração de instrumentos de recolha de dados - criação de uma base de dados e de guiões de entrevistas - mas também de exploração inicial de documentos, recolha de legislação, estabelecimento de contactos pessoais com vista à realização de entrevistas, e introdução de dados no computador.

A Base de dados estruturou-se em torno dos seguintes ficheiros: candidatas à instituição e seu agregado familiar; educandas entradas e seu percurso escolar; dados sobre pai e mãe, com referência à escola e situação na carreira, se professores; dados sobre o requerente, se diferente de pai ou mãe; localização das fontes; observações. O requerente é o adulto que assume a responsabilidade perante a instituição e que é uma professora ou professor primária(o) ou um encarregado de educação, geralmente familiar da candidata, em caso de morte dos progenitores.

Os dados disponíveis mais sistemáticos versam sobre a profissão do cônjuge, escola, concelho e distrito onde (o)a professor(a) exercia, rendimento colectável ou sua ausência, número de filhos do casal e quantos em idade escolar, situação económica da família, tipo de união matrimonial. Recolhemos ainda elementos sobre a diferença de idades entre os cônjuges, causas de morte entre os professores, rede de relações sociais, mobilidade na colocação dos professores. Sobre as candidatas registamos o número de vezes que se candidataram, a categoria, habilitações literárias, orfandade e irmãos candidatos. Em relação às educandas: o número de anos na instituição, o percurso escolar, incidentes pessoais - doença, castigos, prémios.

A riqueza dos materiais compulsados obrigam a uma gestão flexível da Base, de modo a permitir a introdução de elementos novos que vão aparecendo. Algumas destas informações são recolhidas a partir das listas ordenadas de candidatura, elaboradas pela direcção e remetidas para apreciação superior. Contudo, não dispensamos a leitura da documentação exigida pelo processo de candidatura, que nos facultava uma variedade de informações, importantes para uma visão mais próxima do quotidiano das(os) professoras(es). As certidões de nascimento, baptismo, óbito, os atestados da Junta de Freguesia, do Regedor, do Administrador do Concelho, do Inspector Escolar, do médico, das Finanças, as declarações notariais de não possuir bens nem rendimentos além dos vencimentos, algumas cartas e cartões de visita com "pedidos de favor", coloca-nos perante um mundo de burocracia e de controlo apertado, a pretexto da análise das situações familiares, mas cujo critério de selecção final parece, em alguns casos, eximir-se ao controlo criado. Também nos permite detectar estratégias pessoais e familiares para romper o cerco de uma situação social de isolamento e de grande fragilidade económica.

O recurso à história oral, com recolha de depoimentos gravados e/ou escritos de directoras, perfeitas, antigas(os) alunas(os), algumas delas também professoras, permitirá recolher informações sobre o quotidiano das(os) professoras(es) do meio rural, além de obter elementos sobre o quotidiano da instituição, a sua prática educativa e como ela foi vivida por gerações de

educandas. O aluno concreto, real, terá um papel central na análise da instituição. Estas informações serão cruzadas com as existentes na correspondência particular, estabelecida entre pais e direcção do Instituto.

Propomo-nos historizar o real de uma instituição, na rede complexa de objectivações diversas: das aspirações dos professores que a ela recorriam, das atribuições da fundadora, do Estado e dos professores enquanto grupo socio-profissional, das aspirações dos jovens alunos, que nela viveram e se formaram. A exploração das entrevistas e análise da correspondência é ainda um campo de trabalho que se encontra numa fase incipiente. De momento encontramos-nos na análise dos processos de candidatura à frequência do Instituto do Professorado Primário Oficial Português, por professores a Norte do Mondego. Temos introduzidas 492 fichas relativas ao período de 1928-29 a 1940-41.

ALGUNS DADOS PROVISÓRIOS E SUA IMPORTÂNCIA

A história do professorado primário em Portugal não é um terreno inexplorado e podemos contar com trabalhos de grande amplitude como os de Salvado Sampaio⁽⁸⁾, Áurea Adão⁽⁹⁾, António Nóvoa⁽¹⁰⁾, Rogério Fernandes⁽¹¹⁾, no campo da História, e de Filomena Mónica⁽¹²⁾, Steve Stoer⁽¹³⁾, e Helena Araújo⁽¹⁴⁾, na área da Sociologia. Os três primeiros autores abordam, principalmente, a evolução do estatuto socioprofissional dos professores. Fizeram-no com base na legislação, com dados recolhidos nos arquivos das escolas normais, nos arquivos centrais e na imprensa pedagógica. Rogério Fernandes, localizando-se na análise de uma conjuntura histórica particularmente rica - a emergência do liberalismo - e não descurando os temas já referidos, deu particular atenção ao movimento associativo dos professores e suas reivindicações, às práticas, conteúdos e valores do ensino, à reorganização da rede escolar, não esquecendo o lugar atribuído ao ensino particular.

Os trabalhos oriundos da sociologia, por sua vez, analisaram as relações da escola com o poder, as políticas educativas e suas implicações na formação de professores. Nos trabalhos de Helena Araújo as questões de género ocupam um lugar central, procurando explicar a emergência da profissão de professora primária como uma profissão feminina. Recorrendo às histórias de vida deu voz às professoras como sujeitos sociais, indo além da lógica meramente explicativa.

Este quadro, que não é de modo algum exaustivo, salienta a forma como nas duas últimas décadas a historiografia sobre o professorado primário se enriqueceu, tanto pela abrangência cronológica, pelas temáticas tratadas, como pelo interesse que suscitou em diferentes Ciências da Educação. Há, contudo, pontos que permanecem em aberto. Entre eles a compreensão do papel, da posição social e do "ethos" dos professores primários do meio rural e das imagens sociais que sobre eles existem ao longo do séc. XX. Desconhece-se a contribuição do IPPOP para a reprodução dos professores, o ideário da fundadora, a articulação, se existiu, entre a acção individual e o movimento associativo dos professores. Não está analisada a articulação entre esta iniciativa e as políticas educativas e assistenciais.

Procurando não ignorar a importância dos actores, nas suas estratégias quotidianas para fazerem de si e de seus filhos outra coisa, para além do que as

determinações sociais objectivamente lhe impunham, propomo-nos um diálogo mais íntimo com o professorado primário, partindo do já sabido sobre as suas condições de vida, tentando atingir o vivido nas suas dimensões pessoais, familiares e grupais; captar as percepções sobre si próprios, surpreendê-los no seu quotidiano e nas suas mundividências.

APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE PROVISÓRIA DE ALGUNS DADOS

Apresentando, aqui, uma análise provisória e exploratória dos materiais e dos próprios instrumentos utilizados, queremos salientar o carácter meramente indicativo destes resultados.

Das 489 fichas introduzidas na Base de Dados de candidatas ao Instituto entre 1928 e 1940, agrupamos as da década de 1929-1938. Neste período consideramos apenas o requerente único, excluindo todos os casos de repetição, por recandidatura ou por candidatura de irmãos⁽¹⁹⁾. Obtivemos 304 famílias, que se candidataram ao Instituto do Professorado Primário Oficial Português - IPPOP. Tendo em conta a residência do requerente, a distribuição por distritos é a seguinte:

Distribuição por Distritos de residência

DISTRITOS	Nº CANDIDATOS
00 IGNORADO	3
01 AVEIRO	47
03 BRAGA	22
04 BRAGANÇA	28
06 COIMBRA	8
09 GUARDA	20
10 LEIRIA	1
13 PORTO	46
16 VIANA DO CASTELO	29
17 VILA REAL	51
18 VISEU	49
TOTAL	304

Salienta-se que são os distritos de Vila Real, Viseu, Aveiro e Porto que fornecem mais candidatos. Bragança rivaliza com Viana do Castelo e Braga com a Guarda. Os concelhos com maior número de candidatos são os de Vila Real com 17, Feira com 13 e Viana do Castelo com 11. Estes números são apenas indicativos, uma vez que os dados disponíveis de momento, até 1940, mostram uma tendência para colocar em 1º lugar Vila Real e Viseu, Porto e Aveiro, enquanto Bragança parece tender a superar Braga, Guarda e Viana do Castelo. Teremos de cotejar estas informações com o número total de professores destes distritos, para vermos até que ponto estes números são significativos.

Destas 304 famílias identificámos 293 em que ambos os cônjuges, ou um, é professor.

Famílias de professores

MÃE PROFESSORA	149
PAI PROFESSOR	85
MÃE E PAI PROFESSORES	59
TOTAL DE FAMÍLIAS PROF.	293
NENHUM DOS PAIS É PROFESSOR*	11
TOTAL DE FAMÍLIAS	304

*Neste caso o requerente é um familiar, que é professor.

A percentagem de famílias em que ambos são professores é de 20,1%. A taxa de homogamia (casamento dentro da mesma profissão) é, no caso das 208 professoras consideradas, de 28,5%, e para os 144 professores, de 40,9%. Estes dados parecem indicar estarmos na presença de um elemento transcultural, salientado por Carlos Lerena e Narciso de Gabriel⁽²⁰⁾. Os autores referem que as investigações em Espanha, França, Inglaterra apresentam uma percentagem de homogamia que varia entre 1/4 e 1/3. A elevada percentagem de casamentos dentro do grupo profissional é um indicador que confirma, segundo estes autores, a tese do estranho sociológico.

Analisámos também as profissões do cônjuge das professoras e professores. Entre os maridos das professoras encontramos um leque muito amplo de profissões que representado em pequena percentagem, o vão do escalão mais baixo ao mais elevado. Relativamente ao primeiro, cônjuge é por vezes analfabeto, e é constituído por profissões tais como jornaleiro, tamanqueiro, alfaiate, serralheiro; o escalão médio baixo, o mais representado, é constituído por empregados comerciais, ferroviários, empregados dos correios, pequenos funcionários públicos (de secretaria, finanças e professor primário); o escalão que designaremos de médio alto, é formado por oficiais do exército, advogados, notários, professor do ensino secundário, chefe de repartição, governador civil, comerciante, e proprietários (agricultor, lavrador). Estas duas últimas profissões aparecem com um estatuto muito ambíguo, podendo significar, tanto um nível de desafio considerável, como uma forma velada de indicar sobrevivência, desemprego ou trabalho indiferenciado. Existe ainda um número significativo (30), que não são professores, mas cuja profissão se desconhece.

Para o professor o elenco de profissões da esposa é muito menor, uma vez que o mercado de trabalho feminino era muito restrito e as mulheres casadas não eram reconhecidas como proprietárias e administradoras dos seus bens. Identificámos as seguintes profissões: professora primária, doméstica, proprietária, peixeira. Há ainda um número elevado (23) que se sabe não serem professoras mas para as quais não é mencionada a profissão.

Neste período e nestas famílias a distribuição de filhos por casal era a seguinte:

Filhos por casal

	nº	%
FAMÍLIAS COM 3 OU MENOS	164	53,95%
FAMÍLIAS COM 4 OU 5	76	25%
FAMÍLIAS COM 6, 7 OU 8	52	17,11%
FAMÍLIAS COM 9 OU 10	9	2,96%
FAMÍLIAS COM MAIS DE 10	3	0,99%
TOTAL DE FAMÍLIAS	04	00%

Consideremos ainda os seguintes dados, relativos às 304 famílias:

Total de candidatas órfãs	95	31,2%
Total de candidatas com atestado de pobreza	55	18,09%
órfãs com atestado de pobreza	38	12,50%
não órfãs com atestado de pobreza	17	5,59%
Requerentes com declaração de rendimento colectável = 0	69	22,70%
Requerentes com declaração de rendimento colectável entre 1 e 300\$	26	8,55%
Total de declarações de rendimento colectável	127	41,8%
Sem declaração ou ignorada	177	58,2%

Estes dados permitem-nos afirmar que as candidatas ao IPPOP provinham de um sector economicamente muito débil. Constata-se que vivendo só dos seus vencimentos, tendo 5 ou mais filhos, os professores são pobres, quase como se de indigentes se tratasse. Muitos não possuíam casa própria nem bens de raiz, mesmo vivendo no meio rural; outros, que apresentam rendimentos até 300\$, fazem supor que teriam como bens apenas a casa. Pela linguagem seca de muitas certidões de óbito ficamos a saber que não deixavam bens, deixando, entretanto, filhos menores. Vivendo de um vencimento que dificilmente permitia a poupança, aqueles a cuja porta batia a fatalidade ficavam na miséria. Sabemos que o ordenado de professor, nesta década, foi de cerca de 650\$00 e que uma aluna porcionista pagava, no Instituto do Porto, no mesmo período, 220\$00. Pode-se avaliar o que esta mensalidade significava no magro orçamento familiar de uma destas famílias de professores, mesmo daquelas que não caíam na categoria de pensionistas. É nesta perspectiva que entendemos as desistências de algumas candidatas, chamadas como semi-porcionistas ou porcionistas, cujos pais afirmaram não poder pagar a mensalidade, ou ainda um número significativo de mensalidades em atraso, como sugere a correspondência e a contabilidade do Instituto.

Os professores afirmam-se pobres e são reconhecidos como tal em documentos, tendo origem em entidades oficiais variadas. Outros afirmam viver com muitas dificuldades e não ter meios para "sustentar" e educar os filhos, mesmo se a cidade dista 15Km. Nestes casos, sem transportes, isolados, os professores dizem-se distantes dos centros de cultura: 15Km de Vila Real ou Lamego eram distâncias intransponíveis para os filhos destes professores.

A imagem que muitos dos seus filhos, formados na década de 30 no Instituto, têm dos seus pais professores e de si próprios, se professores também, é "de muita sabedoria", pelo respeito com que eram tratados no meio rural, mas de "pouca comedoria".

NOTAS

- (1) Cf. Antoine Léon, *Introdução à história da Educação*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, p.52.
- (2) Cf. António Nóvoa, *Le temps des professeurs*, Lisboa, INIC, 1987 e *Vidas de professores*, Porto, Porto Editora, 1992, pp.18-24. Helena Araújo, *The construction of primary teaching as women's work in Portugal (1870-1933)*, Londres, tese de doutoramento, Open University, 1993.
- (3) Cf. Carlos Lerena, "El oficio de maestro. (Posición y papel del profesorado de primera enseñanza en España)", in Félix Ortega *et al*, *Manual de Sociología de la Educación*, Madrid, Visor, 1989. Ainda Narciso de Gabriel, "La Formación del magisterio", in *História de la educación en la España Contemporánea. Diez años de investigación*. Madrid, C.I.D.E., 1994.
- (4) Será justo realçar todo o apoio que temos recebido da Sr^a Vereadora da Educação, professora Ernestina Miranda.
- (5) Rogério Fernandes, *O Despertar do Associativismo Docente em Portugal (1813-1820)*, Lisboa, 1989, Instituto Irene Lisboa, pp. 53 a 59 e *Os caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto, Porto Editora, 1994, pp. 524-533. Cf. ainda CASTELBRANCO, Joaquim António de Lemos Seixas e - *Compromisso de hum Monte-Pio que em seu comum beneficio, e de suas suas mulheres, filhas, pais e irmans instituem os professores e mestres, assim régios como os particulares licenciados na Corte sob a invocação da Virgem Soberana e Immacula da Conceição protectora destes reinos, e em especial dos estudos, e letras que nelles florecem: e ordenado pela mesma Corporação para delle se servirem debaixo dos auspícios de sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor. Seu primeiro author... professor régio na Corte*, Lisboa, 1816, pp.29-30.
- (6) Extinto pelo Decreto Lei nº 82/91 de 19 de Fev., artº 2º e 3º.
- (7) Cf. Amália Luazes, *Instituto para recolher e educar as filhas dos professores primários officiais*, sd., sl., pp. 3-4.
- (8) J. Salvado Sampaio, *O Ensino Primário 1911 - 1969. Contribuição monográfica*. Lisboa, 3 vols., Instituto Gulbenkian de Ciência, 1974-1976.
- (9) Áurea Adão, *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901 - 1951)*, Instituto Gulbenkian de Ciências, Oeiras, 1984.
- (10) António Nóvoa, *Le temps des professeurs. Analyse Socio-Historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XXe siècle)*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols., 1987; *Os Professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?* Lisboa, ISEF-Serviço de Edições, 1989.
- (11) Rogério Fernandes, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto, Porto Editora, 1994 e *O Despertar do Associativismo Docente em Portugal (1813-1820)*. Lisboa, Instituto Irene Lisboa, 1989.
- (12) Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, Ed. Presença, 1978.
- (13) Stephen R. Stoer, *Educação, Estado e Desenvolvimento*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- (14) Helena Costa Araújo, *The Construction of primary teaching as women's work in Portugal (1870-1933)*, Londres, tese de doutoramento, The Open University, 1993, no prelo. "As Mulheres Professoras e o Ensino Estatal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, Fev. 1990.
- (15) Estes dados são provisórios, pois há ainda a possibilidade de se encontrar processos envolvidos noutros, ainda não tratados.
- (16) Cf. Carlos Lerena, *op. cit.* e Narciso de Gabriel, *op.cit.*